EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ___ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL – ESTADO DE SÃO PAULO.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL – APRECIAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DESTINADO À IMEDIATA PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL.
RISCO CONCRETO DE ESTRANGULAMENTO DO FLUXO DE CAIXA DECORRENTE DE MEDIDAS CONSTRITIVAS EM CURSO.
NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES, EXECUÇÕES E DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 6º, 47 E 52 DA LEI Nº 11.101/2005.

ABBEY TURISMO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.775.522/0001-32, com nome fantasia **ABBEY TRAVEL BRASIL**, estabelecida na Praça Diogo de Aguirre, nº 41, Vila Formosa, São Paulo/SP, CEP 03363-110, por intermédio de seu advogado infra-assinado, conforme instrumento de procuração anexo (Doc. 01), com endereço profissional constante no rodapé desta peça, local onde recebe intimações e notificações de estilo, **vem**, com fundamento nos artigos 47, 48, 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer o processamento da presente

RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA

pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

A Requerente preenche integralmente os requisitos previstos no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, encontrando-se a presente petição inicial devidamente instruída com todos os documentos exigidos pelo artigo 51 do referido diploma legal.

O presente pedido não decorre da inviabilidade econômica da empresa, tampouco de deficiência estrutural de sua atividade empresarial. Ao contrário, resulta de uma crise econômico-financeira conjuntural, provocada por fatores extraordinários que comprometeram temporariamente sua liquidez, sem afetar sua capacidade operacional, sua credibilidade perante o mercado ou sua aptidão para gerar riqueza.

Nesse contexto, a Recuperação Judicial revela-se o instrumento jurídico adequado para viabilizar a reorganização financeira da Requerente, preservar sua atividade empresarial, assegurar a manutenção dos empregos, proteger a cadeia produtiva e maximizar a satisfação dos interesses de seus credores, em estrita observância aos princípios consagrados no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005.

1. DAS CONSIDERAÇÕES PROCESSUAIS RELEVANTES:

a. Da Competência deste Juízo:

Nos termos do artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, compete ao Juízo do local do principal estabelecimento do devedor processar e julgar o pedido de recuperação judicial:

> *Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.*

A interpretação do referido dispositivo encontra-se pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, que consolidou entendimento no sentido de que o conceito de **principal estabelecimento** possui natureza eminentemente econômica,

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

correspondendo ao local onde se concentra o maior volume de negócios e o centro de direção das atividades empresariais.

Nesse sentido:

> *AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARÁ. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS E MEDIAÇÃO ANTECEDENTE A PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CAUTELARES . JUÍZO COMPETENTE PARA O PEDIDO PRINCIPAL. ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DO DEVEDOR. CRITÉRIO ECONÔMICO: MAIOR VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA E CENTRO DE GOVERNANÇA DOS NEGÓCIOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO . COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA PAULISTA. [...]* ***Nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005, o juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o do foro de situação do principal estabelecimento do devedor, assim considerado o local mais importante das atividades empresárias, ou seja, o de maior volume de negócios e centro de governança desses negócios****. [...]*
> *(STJ - AgInt no CC: 186905 SP 2022/0082221-0, Data de Julgamento: 28/09/2022, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 13/10/2022)*

No caso concreto, a Requerente possui sua sede administrativa e operacional na cidade de São Paulo/SP, local onde se concentram sua administração, gestão financeira, tomada de decisões estratégicas, relacionamento com fornecedores, clientes e instituições financeiras, bem como o núcleo central de desenvolvimento de suas atividades empresariais.

Dessa forma, não subsiste qualquer dúvida acerca da competência deste Juízo para processar e julgar o presente pedido de Recuperação Judicial.

b. Do Pedido de Tramitação sob Sigilo até a Análise do Processamento:

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Embora a Recuperação Judicial, em regra, tramite sob o princípio da publicidade, o artigo 189 do Código de Processo Civil autoriza, excepcionalmente, a decretação de segredo de justiça sempre que a restrição de acesso aos autos se revelar necessária para resguardar interesse público ou social relevante.

É exatamente essa a situação verificada no presente caso.

A Requerente atravessa grave crise econômico-financeira, porém permanece plenamente viável sob o aspecto operacional, possuindo atividade empresarial em pleno funcionamento, carteira ativa de clientes, contratos em execução e condições concretas de soerguimento mediante a utilização do instituto recuperacional.

Todavia, a divulgação prematura do ajuizamento desta Recuperação Judicial, antes mesmo da apreciação do pedido de processamento, poderá desencadear imediata reação do mercado, especialmente de credores financeiros, fornecedores e parceiros comerciais, ocasionando, dentre outras consequências:

- vencimento antecipado de contratos;
- bloqueio de linhas de crédito;
- suspensão do fornecimento de serviços essenciais;
- retenção de valores;
- protestos;
- ajuizamento de novas execuções;
- intensificação de medidas constritivas já existentes;
- bloqueios bancários;
- comprometimento do fluxo de caixa indispensável à continuidade das atividades.

Em outras palavras, a mera publicidade antecipada do presente pedido poderá produzir exatamente o efeito que a Lei nº 11.101/2005 busca evitar: o colapso de empresa economicamente viável antes mesmo da atuação do Poder Judiciário.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

A Recuperação Judicial foi concebida justamente para impedir a desorganização patrimonial decorrente da atuação isolada dos credores, substituindo-a por um procedimento coletivo, coordenado e supervisionado pelo Juízo Universal.

O princípio da preservação da empresa, previsto no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, constitui verdadeiro vetor interpretativo de todo o sistema recuperacional:

> *Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*

Sob essa perspectiva, a manutenção temporária do sigilo processual revela-se medida de absoluta prudência, proporcionalidade e razoabilidade, permitindo que o Juízo examine previamente o preenchimento dos requisitos legais para o processamento da recuperação, evitando que a simples notícia do ajuizamento provoque efeitos irreversíveis sobre a atividade empresarial.

Importante destacar que o pedido formulado não objetiva restringir permanentemente a publicidade dos atos processuais, tampouco afastar o controle exercido pelos credores.

Pretende-se, tão somente, que o feito permaneça sob sigilo até a apreciação do pedido de processamento da Recuperação Judicial, momento em que, deferido o processamento e produzidos os efeitos previstos nos artigos 6º e 52 da Lei nº 11.101/2005, cessará a necessidade da medida excepcional, podendo os autos tramitar normalmente sob o regime da publicidade.

Trata-se, portanto, de providência que prestigia os princípios da preservação da empresa, da boa-fé objetiva, da cooperação processual, da função

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

social da atividade empresarial e da máxima efetividade da tutela jurisdicional, sem qualquer prejuízo aos direitos dos credores, os quais serão plenamente assegurados ao longo do procedimento recuperacional.

Diante desse contexto, **requer** seja deferido o **segredo de justiça provisório**, **determinando-se que os autos permaneçam sob sigilo até a apreciação do pedido de processamento da presente Recuperação Judicial**, oportunidade em que Vossa Excelência poderá deliberar acerca da manutenção ou revogação da medida.

c. Da Prioridade na Tramitação Processual:

Conforme já demonstrado, a presente demanda possui natureza eminentemente urgente, razão pela qual, além da concessão do sigilo provisório dos autos até a apreciação do pedido de processamento, mostra-se igualmente imprescindível que seja reconhecida a prioridade legal na tramitação do feito.

A Recuperação Judicial constitui procedimento de interesse público e relevante impacto econômico-social, cuja efetividade depende da rápida atuação jurisdicional, especialmente porque os efeitos decorrentes do deferimento do processamento — notadamente a suspensão das ações e execuções, a preservação do fluxo de caixa da empresa e a estabilização de sua atividade empresarial — são indispensáveis para o sucesso do soerguimento pretendido.

Nesse contexto, a própria Lei nº 11.101/2005 conferiu tratamento prioritário aos processos de insolvência empresarial.

O artigo 189-A da Lei de Recuperação e Falência estabelece expressamente que os processos de recuperação judicial e falência terão tramitação prioritária em todas as instâncias, ressalvados apenas os habeas corpus e as prioridades previstas em leis especiais.

De igual modo, o artigo 79 da referida legislação reforça a necessidade de conferir preferência aos atos processuais relacionados à recuperação

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

judicial, evidenciando a intenção do legislador de assegurar máxima celeridade aos procedimentos destinados à preservação da empresa e da atividade econômica.

Tais disposições encontram plena sintonia com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, segundo o qual todos têm direito à obtenção de tutela jurisdicional tempestiva e efetiva.

No caso concreto, eventual demora na apreciação dos pedidos formulados poderá agravar significativamente a situação econômico-financeira da Requerente, permitindo a continuidade de medidas constritivas, bloqueios de ativos financeiros, vencimentos antecipados de obrigações, interrupção de relações comerciais e outras providências capazes de comprometer a continuidade de suas atividades empresariais.

Os prejuízos decorrentes da morosidade processual não atingirão apenas a Requerente, mas também seus empregados, fornecedores, clientes, parceiros comerciais e, sobretudo, a coletividade de credores, cuja satisfação depende diretamente da preservação da atividade empresarial e do êxito do procedimento recuperacional.

Dessa forma, considerando a expressa previsão dos artigos 79 e 189-A da Lei nº 11.101/2005, bem como os princípios da preservação da empresa, da efetividade da tutela jurisdicional e da razoável duração do processo, requer a Requerente seja reconhecida a prioridade legal de tramitação do presente feito, determinando-se à Serventia as anotações e providências cabíveis, de modo a assegurar a célere apreciação dos requerimentos formulados nesta exordial.

2. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

A Recuperação Judicial constitui instrumento de preservação da empresa, concebido pelo legislador para viabilizar a superação de crises econômico-financeiras de sociedades empresárias que, embora momentaneamente ilíquidas, permaneçam operacionalmente viáveis e aptas a cumprir sua relevante função social.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Abandonando a antiga concepção meramente liquidatória do direito falimentar, a Lei nº 11.101/2005 passou a privilegiar a continuidade da atividade empresarial, reconhecendo que a preservação da empresa representa medida de interesse não apenas do devedor, mas também dos trabalhadores, fornecedores, consumidores, credores, da arrecadação tributária e da própria economia nacional.

Nesse sentido, dispõe o artigo 47 da Lei nº 11.101/2005:

> *"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."*

Não se trata, portanto, de mecanismo destinado a beneficiar empresas inviáveis ou inadimplentes contumazes.

Ao contrário, a Recuperação Judicial destina-se àquelas sociedades empresárias que, apesar de enfrentarem dificuldades financeiras transitórias, preservam sua capacidade operacional, mantêm atividade econômica efetiva e apresentam condições concretas de reorganização patrimonial e financeira.

É exatamente essa a situação da Requerente.

Como será amplamente demonstrado ao longo desta exordial, a crise enfrentada pela ABBEY TURISMO LTDA. não decorre de deficiência administrativa, má gestão ou inviabilidade econômica de seu modelo de negócios.

Sua dificuldade financeira resulta de acontecimento absolutamente extraordinário, imprevisível e alheio à sua vontade, consistente no conflito armado iniciado no Estado de Israel em outubro de 2023, fato que atingiu diretamente o principal segmento de atuação da empresa — o turismo religioso

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

internacional — provocando cancelamentos em massa de viagens, redução abrupta do faturamento e severo comprometimento de seu fluxo de caixa.

Apesar desse cenário, a Requerente permanece em plena atividade, conserva sua estrutura operacional, mantém sua carteira de clientes, preserva relacionamento comercial com fornecedores nacionais e internacionais e continua desenvolvendo novos projetos voltados à expansão de suas atividades, circunstâncias que evidenciam sua inequívoca viabilidade econômica.

Além disso, a Requerente preenche integralmente os requisitos previstos no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, instruindo a presente petição inicial com todos os documentos exigidos pelo artigo 51 do mesmo diploma legal.

Dessa forma, o presente pedido não busca afastar o cumprimento das obrigações assumidas, mas apenas permitir que elas sejam reorganizadas de maneira coletiva, equilibrada e supervisionada pelo Poder Judiciário, assegurando tratamento isonômico aos credores e possibilitando a efetiva superação da crise econômico-financeira experimentada pela empresa.

É precisamente para situações como a presente que foi concebido o instituto da Recuperação Judicial.

3. DO HISTÓRICO DA EMPRESA REQUERENTE E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Inicialmente, cumpre destacar que o artigo 51, inciso I, da Lei nº 11.101/2005 estabelece como requisito indispensável à petição inicial da Recuperação Judicial a exposição das causas concretas da situação patrimonial da empresa e das razões da crise econômico-financeira enfrentada.

A finalidade dessa exigência transcende o mero cumprimento de formalidade legal.

Busca-se proporcionar ao Juízo, ao Administrador Judicial e aos credores uma compreensão clara da trajetória empresarial da Recuperanda, da

natureza de sua atividade econômica, dos fatores que desencadearam a crise e, sobretudo, da viabilidade de sua superação.

A Recuperação Judicial não se destina a empresas inviáveis, tampouco constitui mecanismo destinado a afastar o cumprimento das obrigações assumidas.

Ao contrário, pressupõe transparência, boa-fé e demonstração de que a crise decorre de circunstâncias superáveis, permitindo ao Poder Judiciário verificar que a empresa permanece economicamente viável e apta a reorganizar seu passivo.

É exatamente essa a situação da Requerente.

A seguir, passa-se a expor, de forma cronológica e detalhada, a trajetória empresarial da ABBEY TURISMO LTDA., bem como os acontecimentos extraordinários que culminaram na atual crise econômico-financeira.

A **ABBEY TURISMO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 15.775.522/0001-32, iniciou suas atividades empresariais em setembro de 2012, atuando inicialmente em segmento diverso daquele atualmente explorado. Entretanto, após criteriosa reestruturação empresarial, passou, em 2014, a dedicar-se exclusivamente ao ramo de **agenciamento de viagens, operação turística, serviços de reservas e turismo religioso internacional**, atividade na qual se consolidou como referência em âmbito nacional.

O sucesso da empresa decorreu da união das experiências de seus sócios.

De um lado, o Sr. **Marcílio de Sousa Araújo**, profissional que fez do turismo não apenas sua atividade empresarial, mas sua verdadeira vocação de vida. Proveniente de um lar cristão e profundamente apaixonado pela história bíblica, pela cultura e pela geografia de Israel, desenvolveu, ao longo de décadas, um conhecimento singular sobre a Terra Santa, seus locais sagrados, sua história e o significado religioso de cada roteiro percorrido. Sua dedicação vai muito além do

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

aspecto comercial da atividade turística: cada viagem sempre foi cuidadosamente planejada para proporcionar aos peregrinos uma experiência de fé, conhecimento e transformação espiritual, compartilhando detalhes históricos, culturais e bíblicos que enriquecem significativamente a jornada dos viajantes. Reconhecido pelo carinho e respeito que nutre por Israel e pelo povo israelense, tornou-se referência no segmento de turismo religioso, sendo frequentemente lembrado por clientes e líderes religiosos pela paixão, comprometimento e excelência com que conduz cada caravana. Sua dedicação ao turismo, especialmente ao turismo religioso, sempre refletiu o propósito de proporcionar experiências únicas e inesquecíveis, transformando simples viagens em verdadeiras peregrinações de fé.

De outro, o Sr. **Victor Emanuel Makhoul**, cidadão israelense, com ampla experiência no setor turístico local, responsável por estabelecer relações comerciais sólidas com hotéis, transportadoras, restaurantes, guias credenciados e demais fornecedores em Israel, permitindo que a empresa oferecesse serviços de elevada qualidade e segurança.

Essa combinação de conhecimento técnico, experiência operacional e relacionamento internacional fez com que a ABBEY TURISMO se tornasse uma das empresas reconhecidas no segmento de turismo religioso voltado à Terra Santa, realizando caravanas para centenas de igrejas, congregações religiosas, pastores, padres e grupos de peregrinos provenientes de diversas regiões do Brasil.

Ao longo de sua trajetória empresarial, a Recuperanda construiu reputação pautada na ética, transparência, qualidade dos serviços prestados e absoluto comprometimento com seus clientes.

Não por outra razão, durante praticamente toda a sua existência empresarial, a Recuperanda apresentou baixíssimo índice de judicialização, circunstância que evidencia a excelência dos serviços prestados, a seriedade na condução de suas atividades e o elevado grau de satisfação de seus clientes. Tal reputação foi construída ao longo de mais de uma década de atuação, mediante a realização de inúmeras caravanas religiosas para a Terra Santa, sempre pautadas pela organização, segurança, cumprimento dos roteiros e qualidade dos serviços oferecidos. Essa trajetória de sucesso pode ser facilmente constatada por meio de

seu histórico institucional, de sua consolidada presença no mercado nacional de turismo religioso e das diversas caravanas realizadas e divulgadas em seu sítio eletrônico oficial (**www.abbeytravel.com.br**), onde se verifica a extensa experiência da empresa na organização de peregrinações e viagens religiosas para grupos de todo o Brasil.

Trata-se, portanto, de empresa cuja crise não decorre de má administração, desorganização financeira ou gestão temerária, mas sim de acontecimentos absolutamente extraordinários, imprevisíveis e alheios à sua vontade.

- A guerra em Israel e seus impactos devastadores:

A crise econômico-financeira enfrentada pela Recuperanda decorre de fato **extraordinário, imprevisível e de conhecimento público e notório**.

Em **07 de outubro de 2023**, o grupo Hamas promoveu um ataque terrorista sem precedentes contra o Estado de Israel, dando início a um conflito armado de grandes proporções, amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, que permanece produzindo reflexos relevantes até os dias atuais.

Desde então, os principais veículos de comunicação do mundo, como **Reuters**, **CNN Brasil**, **BBC**, **The New York Times**, **Folha de S.Paulo**, **O Globo** e **Estadão**, passaram a noticiar diariamente a evolução do conflito, os constantes ataques militares, os alertas internacionais de segurança, o fechamento temporário do espaço aéreo, a suspensão de voos por diversas companhias aéreas, as restrições de deslocamento e o severo impacto provocado sobre o turismo em toda a região da Terra Santa.

Reportagem da **Reuters**, reproduzida pela **CNN Brasil**, destacou que a cidade de **Belém**, tradicional destino de peregrinações cristãs e um dos principais polos do turismo religioso mundial, enfrentou o "*pior Natal de todos os tempos*", diante do cancelamento em massa de reservas, fechamento de hotéis,

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

ausência de peregrinos e paralisação praticamente completa da atividade turística em razão da guerra.

Da mesma forma, análises internacionais demonstraram que, logo após o início do conflito, houve significativa queda nas reservas de voos internacionais para o Oriente Médio, bem como o cancelamento de milhares de viagens por turistas do mundo inteiro, reflexo direto da insegurança instalada na região.

Nesse contexto, o **turismo religioso**, atividade essencial desenvolvida pela Recuperanda, foi um dos segmentos econômicos mais severamente atingidos.

No caso específico da ABBEY TURISMO LTDA., os reflexos foram imediatos.

Somente para o mês de **novembro de 2023**, a empresa possuía aproximadamente **300 passageiros** com embarque programado para Israel.

Todavia, diante da eclosão do conflito armado, todas essas viagens precisaram ser canceladas ou adiadas.

A situação agravou-se nos meses seguintes.

As caravanas previstas para o restante de 2023, bem como praticamente toda a programação dos anos de **2024 e 2025**, foram igualmente inviabilizadas em razão da continuidade da guerra, da instabilidade geopolítica, da suspensão de voos por diversas companhias aéreas e da permanente insegurança para o ingresso de peregrinos na região.

Cumpre destacar que, **mesmo transcorridos quase três anos desde o início do conflito, a situação ainda não se encontra definitivamente estabilizada**. Ao contrário, permanecem ocorrendo ofensivas militares, ataques e períodos de fechamento do espaço aéreo israelense, circunstâncias que continuam gerando enorme insegurança para operadores turísticos, companhias aéreas e

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

viajantes, tornando o planejamento das caravanas extremamente sensível aos acontecimentos geopolíticos.

Apesar desse cenário, a Recuperanda continua envidando todos os esforços para manter suas atividades.

Existem caravanas anteriormente contratadas que aguardam apenas a estabilização das condições de segurança para serem realizadas, assim como novos grupos já organizados, com reservas efetuadas, fornecedores contratados e toda a logística preparada para futura execução.

Todavia, a efetiva realização dessas viagens permanece condicionada à evolução do conflito, circunstância completamente alheia à vontade da Recuperanda.

Importante destacar, ainda, que o turismo religioso possui dinâmica financeira peculiar.

Os valores recebidos dos clientes não permanecem integralmente disponíveis em caixa.

Grande parte dos recursos é imediatamente destinada ao pagamento antecipado de hotéis, companhias aéreas, empresas de transporte, restaurantes, guias turísticos e demais fornecedores internacionais, especialmente aqueles estabelecidos em Israel.

Assim, quando sobrevieram os cancelamentos, parcela significativa dos recursos financeiros já havia sido regularmente repassada aos fornecedores estrangeiros.

Esses valores **não foram perdidos**.

Ao contrário, converteram-se em créditos perante hotéis, operadoras, transportadoras e demais parceiros comerciais, permanecendo vinculados às futuras operações turísticas.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Todavia, embora economicamente existentes, tais créditos não possuem liquidez imediata, impossibilitando sua utilização para atender, de forma instantânea, às solicitações de reembolso formuladas pelos consumidores.

Desse modo, evidencia-se que a crise enfrentada pela Recuperanda não decorreu de falha de gestão, má administração ou inviabilidade do negócio, mas de um evento geopolítico de repercussão mundial, extraordinário e imprevisível, amplamente reconhecido pela comunidade internacional e fartamente documentado pelos principais veículos de comunicação, circunstância que afetou diretamente o núcleo de sua atividade empresarial..

- A boa-fé da empresa e os esforços para preservar sua credibilidade:

Mesmo diante da maior crise já enfrentada pelo turismo religioso brasileiro, a Recuperanda jamais se furtou às suas responsabilidades.

Desde os primeiros impactos provocados pela guerra em Israel, a empresa adotou postura pautada pela boa-fé, transparência e cooperação com seus clientes, buscando, dentro de suas possibilidades financeiras, minimizar os prejuízos decorrentes de um evento absolutamente extraordinário e imprevisível.

Movida pela boa-fé objetiva e pelo propósito de preservar a credibilidade construída ao longo de mais de uma década de atuação, realizou inúmeros reembolsos integrais utilizando recursos próprios, mesmo quando os valores pagos pelos clientes já haviam sido antecipadamente repassados aos fornecedores internacionais e permaneciam vinculados às futuras operações turísticas.

Para honrar esses compromissos, a Recuperanda consumiu praticamente toda a reserva financeira construída durante anos de atividade.

Não bastasse isso, contraiu empréstimos bancários, renegociou obrigações, buscou novas linhas de crédito, realizou aportes financeiros pelos

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

próprios sócios e promoveu significativa redução de despesas administrativas, tudo com o objetivo de manter suas atividades, preservar empregos e atender seus clientes da forma mais responsável possível.

Todavia, a continuidade do conflito armado e o prolongamento da impossibilidade de execução de diversas caravanas fizeram com que aumentassem progressivamente os pedidos de reembolso.

Naturalmente, alguns consumidores optaram pelo ajuizamento de ações judiciais individuais.

Importante destacar que **essa judicialização é fenômeno recente**, surgido exclusivamente após o início da guerra, inexistindo histórico significativo de demandas judiciais durante toda a trajetória empresarial da Recuperanda, circunstância que evidencia que a crise decorre exclusivamente dos reflexos do conflito internacional, e não de deficiência na prestação dos serviços.

Mesmo após o ajuizamento dessas demandas, a Recuperanda permaneceu fiel ao seu compromisso de buscar soluções consensuais.

Na grande maioria dos processos, foram celebrados acordos judiciais visando assegurar aos consumidores o recebimento de seus créditos de forma organizada e responsável.

Inclusive, diversos desses acordos já tiveram **parcelas regularmente adimplidas**, demonstrando, mais uma vez, a inequívoca boa-fé da empresa e sua intenção permanente de cumprir todas as obrigações assumidas.

Entretanto, o agravamento da crise financeira, aliado ao elevado volume de reembolsos, à redução drástica do fluxo de caixa e à continuidade da instabilidade internacional, tornou extremamente difícil o cumprimento das parcelas vincendas desses acordos.

Não se trata de inadimplemento voluntário ou deliberado, mas da absoluta incapacidade financeira momentânea decorrente da crise enfrentada.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Atualmente, a Recuperanda possui aproximadamente **20 demandas judiciais** propostas por consumidores, número que representa parcela reduzida diante do expressivo universo de clientes atendidos ao longo de mais de uma década de atuação, mas que, em razão do elevado impacto financeiro das condenações, acordos, bloqueios judiciais e atos constritivos, passou a exercer significativa pressão sobre seu fluxo de caixa.

Formou-se, assim, um círculo extremamente prejudicial.

Enquanto precisava destinar recursos para cumprir acordos, efetuar reembolsos e atender determinações judiciais, a empresa também necessitava manter sua estrutura operacional, preservar postos de trabalho, cumprir obrigações tributárias, honrar contratos com fornecedores, manter seu capital de giro e continuar desenvolvendo sua atividade empresarial.

Essa realidade fez com que medidas inicialmente suficientes para enfrentar uma crise temporária se tornassem progressivamente incapazes de absorver os impactos financeiros acumulados, conduzindo a Recuperanda ao atual estado de crise econômico-financeira.

Ainda assim, importa ressaltar que a empresa jamais abandonou seus clientes ou deixou de buscar soluções para os conflitos existentes. Ao contrário, sempre privilegiou o diálogo, a composição amigável e o cumprimento voluntário de suas obrigações, circunstâncias que demonstram sua inequívoca boa-fé e reforçam que a Recuperação Judicial representa o instrumento mais adequado para reorganizar seu passivo, equalizar o pagamento de seus credores e permitir a continuidade de uma atividade empresarial plenamente viável.

- A permanência da instabilidade internacional:

Embora parte das operações turísticas tenha sido gradativamente retomada, o cenário internacional permanece extremamente instável.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Os conflitos armados na região continuam ocorrendo, alternando períodos de relativa normalidade com episódios de intensa escalada militar, circunstância que mantém elevado grau de insegurança para o setor.

Essa instabilidade repercute diretamente na atividade empresarial da Recuperanda.

Ainda existem caravanas anteriormente contratadas que permanecem pendentes de realização, justamente porque dependem da estabilização das condições de segurança em Israel.

Ao mesmo tempo, a empresa continua comercializando novos pacotes turísticos, muitos deles já integralmente organizados, com hotéis reservados, fornecedores contratados, roteiros definidos e programação estruturada para futura execução.

Entretanto, a efetiva realização dessas viagens permanece condicionada à manutenção de um cenário mínimo de segurança internacional, circunstância totalmente alheia à vontade da Recuperanda.

Ou seja, a empresa continua operacional, possui carteira de clientes, mantém relacionamento comercial consolidado com fornecedores internacionais e conserva plena capacidade de geração de receitas, dependendo apenas da estabilização definitiva do cenário geopolítico para retomar integralmente seu potencial econômico.

- A viabilidade da Empresa:

É importante ressaltar que a presente crise possui natureza eminentemente conjuntural.

Não decorre da inviabilidade do negócio.

Não decorre da perda de mercado.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Não decorre de deficiência administrativa.

Muito menos resulta de gestão temerária ou de decisões empresariais equivocadas.

Ao contrário.

A crise enfrentada pela empresa decorre exclusivamente dos severos impactos ocasionados pelo conflito armado no Estado de Israel, fato extraordinário, imprevisível e absolutamente alheio à sua vontade, que atingiu diretamente seu principal segmento de atuação.

Sob todos os demais aspectos, a empresa permanece plenamente viável.

A empresa continua exercendo atividade econômica relevante, possui marca consolidada nacionalmente, reconhecida credibilidade no segmento de turismo religioso, carteira ativa de clientes, estrutura operacional organizada, equipe especializada, fornecedores internacionais preservados e significativa demanda reprimida por viagens à Terra Santa, cuja retomada depende exclusivamente da estabilização do cenário geopolítico.

Mais do que isso, a empresa já se encontra em processo de **diversificação e expansão de suas atividades**, justamente para reduzir a dependência exclusiva das operações destinadas a Israel e ampliar suas fontes de receita.

Nesse contexto, a empresa vem estruturando novos roteiros e operações voltados a diversos destinos internacionais de grande interesse turístico, histórico, cultural e religioso, expandindo sua atuação para outros países e mercados, estratégia que demonstra sua capacidade de adaptação diante das adversidades e reforça sua perspectiva concreta de crescimento.

Tal projeto de expansão possui sólidos fundamentos, especialmente em razão da reconhecida experiência de seu sócio administrador,

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Marcílio de Sousa Araújo, profissional amplamente respeitado no setor de turismo, cuja atuação transcende a gestão empresarial.

Apaixonado pelo turismo, profundo conhecedor da história, da cultura e das tradições de diversos países, Marcílio acumulou, ao longo de décadas, vasta experiência internacional, tornando-se referência na elaboração e condução de roteiros turísticos diferenciados.

Seu conhecimento não se limita à Terra Santa, abrangendo inúmeros destinos turísticos ao redor do mundo, fruto de constantes viagens, estudos e experiências práticas, circunstância que lhe permite desenvolver produtos turísticos de elevado valor agregado.

Além de empresário, Marcílio também atua como **palestrante na área de turismo**, compartilhando conhecimentos sobre destinos internacionais, turismo religioso, história, cultura e experiências de viagens, sendo reconhecido por sua capacidade de transmitir conhecimento e despertar o interesse de novos grupos de viajantes.

Sua credibilidade pessoal, aliada à reputação construída pela empresa ao longo de mais de uma década de atuação, constitui importante ativo intangível da empresa, permitindo a abertura de novos mercados e o fortalecimento de parcerias comerciais nacionais e internacionais.

Essa capacidade de reinvenção evidencia que a empresa não está limitada à exploração de um único destino turístico, possuindo know-how, estrutura operacional e capital intelectual suficientes para ampliar significativamente seu campo de atuação, tornando sua atividade empresarial ainda mais sólida e resiliente.

O que atualmente compromete sua saúde financeira é, essencialmente, a momentânea ausência de liquidez provocada por um evento extraordinário de repercussão internacional, cujos efeitos ainda persistem, e não qualquer deficiência em seu modelo de negócio.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

A Requerente permanece em plena atividade empresarial, exercendo relevante função social, nos termos do artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, ao gerar empregos, renda, tributos, fomentar a atividade econômica e contribuir para o desenvolvimento do setor de turismo e da economia do Município de São Paulo/SP.

Todavia, diante da grave crise de liquidez ocasionada por acontecimentos extraordinários, imprevisíveis e alheios à sua vontade, não resta alternativa senão recorrer à tutela jurisdicional para utilizar o instrumento legal concebido justamente para viabilizar a superação de situações como a presente.

A Recuperação Judicial permitirá à Requerente:

- reestruturar seu passivo de forma organizada e equilibrada;
- recompor seu fluxo de caixa;
- preservar a continuidade de suas atividades empresariais;
- manter empregos, contratos e relações comerciais;
- assegurar a continuidade da prestação de seus serviços;
- preservar a empresa, sua função social e os interesses de toda a coletividade de credores.

Importa ressaltar que a presente crise não decorre da inviabilidade do negócio, de deficiência administrativa ou de gestão temerária, mas sim de um evento geopolítico de repercussão mundial que atingiu diretamente o núcleo de sua atividade empresarial. A empresa permanece operacional, possui marca consolidada, credibilidade no mercado, carteira ativa de clientes, estrutura organizada, fornecedores preservados e projetos concretos de expansão para novos destinos turísticos internacionais, circunstâncias que demonstram, de forma inequívoca, sua plena viabilidade econômica.

Diante desse cenário, a Recuperação Judicial revela-se não apenas juridicamente cabível, mas absolutamente necessária para permitir a reorganização financeira da Requerente, assegurar o tratamento isonômico de seus credores e preservar uma atividade empresarial que, há mais de uma década, contribui para a economia, gera empregos e desempenha relevante função social.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Excelência, todo o conjunto fático e documental apresentado demonstra o integral cumprimento do disposto no artigo 51, inciso I, da Lei nº 11.101/2005. Restaram devidamente expostos a trajetória empresarial da Requerente, a evolução de suas atividades, as causas concretas da crise econômico-financeira e, sobretudo, os elementos que evidenciam a viabilidade de seu soerguimento.

Estão, portanto, plenamente demonstrados os pressupostos que justificam o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, permitindo que a Requerente reorganize seu passivo sob a fiscalização deste Juízo, preservando sua atividade empresarial, sua função social e promovendo a máxima satisfação dos interesses de seus credores, em estrita observância aos princípios consagrados pela Lei nº 11.101/2005.

4. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ARTIGOS 48 E 51 DA LEI Nº 11.101/2005):

A Lei nº 11.101/2005 estabelece, nos artigos 48 e 51, os requisitos objetivos e subjetivos indispensáveis ao deferimento do processamento da Recuperação Judicial.

No caso em exame, a Requerente preenche integralmente todos os pressupostos legais exigidos para a utilização do instituto recuperacional.

Em observância ao disposto no artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, a Requerente declara, sob as penas da lei, que:

- exerce regularmente suas atividades empresariais há mais de 2 (dois) anos;
- jamais teve sua falência decretada;
- não obteve concessão de Recuperação Judicial nos prazos vedados pela legislação;
- não foi condenada, nem possuem seus administradores ou sócios controladores condenação pela prática de crimes previstos na Lei nº 11.101/2005.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Igualmente, em estrito cumprimento ao artigo 51 da Lei nº 11.101/2005, a presente petição inicial encontra-se devidamente instruída com todos os documentos exigidos pelo legislador, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrações contábeis dos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como aquelas levantadas especialmente para instruir o pedido, elaboradas em conformidade com a legislação societária, contendo: balanço patrimonial; demonstração de resultados acumulados; demonstração do resultado desde o último exercício social; relatório gerencial de fluxo de caixa e projeções; descrição das sociedades integrantes do grupo societário, de fato ou de direito.	**DOC. 3**
Relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles titulares de obrigações de fazer ou de dar, com indicação de endereço físico e eletrônico, natureza do crédito (arts. 83 e 84 da LRF), valor atualizado, origem e regime de vencimento.	**DOC. 4**
Relação integral dos empregados, com respectivas funções, salários, indenizações e demais parcelas devidas, discriminando os valores pendentes e o mês de competência.	**DOC. 5**
Certidão de regularidade no Registro Público de Empresas, ato constitutivo atualizado e atas de nomeação dos atuais administradores.	**DOC. 2**
Relação dos bens particulares dos sócios controladores e administradores.	**DOC. 6**
Extratos atualizados das contas bancárias do devedor, bem como de suas eventuais aplicações financeiras em qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições.	**DOC. 7**
Certidões dos cartórios de protesto da comarca do domicílio/sede do devedor e das localidades em que mantenha filiais.	**DOC. 8**
Relação das ações judiciais e procedimentos arbitrais em que o devedor figure como parte, inclusive de natureza trabalhista, acompanhada da estimativa dos valores demandados.	**DOC. 9**
Relatório detalhado do passivo fiscal.	**DOC. 10**
Relação dos bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com credores referidos no § 3º do art. 49 da LRF.	**DOC. 11**

Dessa forma, verifica-se que a presente exordial atende integralmente aos requisitos formais e materiais estabelecidos pelos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, não subsistindo qualquer óbice jurídico ao deferimento do processamento da Recuperação Judicial.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Estando demonstrado o preenchimento de todos os pressupostos legais, **REQUER a Requerente seja deferido o processamento da presente Recuperação Judicial**, com a adoção de todas as providências previstas no artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, permitindo o regular prosseguimento do procedimento recuperacional e a implementação das medidas destinadas ao soerguimento da empresa.

5. DA NECESSIDADE E VIABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES

Conforme amplamente demonstrado nos capítulos anteriores, a crise econômico-financeira enfrentada pela Requerente possui natureza eminentemente conjuntural, decorrente de acontecimentos extraordinários, imprevisíveis e alheios à sua vontade, não havendo qualquer elemento que indique inviabilidade de sua atividade empresarial.

Ao contrário, a ABBEY TURISMO LTDA. permanece plenamente operacional, mantendo sua estrutura administrativa, sua carteira de clientes, seu corpo de colaboradores, suas relações comerciais com fornecedores nacionais e internacionais, bem como a credibilidade construída ao longo de mais de uma década de atuação no mercado de turismo religioso e internacional.

A empresa continua exercendo relevante função social, gerando empregos, renda, tributos e fomentando a atividade econômica, especialmente no setor de turismo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico do Município de São Paulo/SP e das diversas cadeias produtivas que gravitam em torno de sua atividade empresarial.

A preservação da Requerente não interessa apenas aos seus sócios.

Interessa igualmente aos seus trabalhadores, fornecedores, parceiros comerciais, clientes, instituições financeiras, ao Poder Público e à coletividade de credores, todos diretamente beneficiados pela continuidade de uma atividade empresarial economicamente viável.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

É exatamente essa a lógica que inspira o artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, segundo o qual a recuperação judicial destina-se à superação da crise econômico-financeira do devedor, preservando a empresa, sua função social, os empregos e os interesses dos credores.

No caso concreto, a viabilidade da Requerente mostra-se evidente.

A empresa possui marca consolidada nacionalmente, reconhecida experiência no segmento de turismo religioso, estrutura operacional organizada, fornecedores internacionais preservados, carteira ativa de clientes e projetos concretos de expansão para novos destinos turísticos internacionais, circunstâncias que demonstram sua plena capacidade de geração de receitas tão logo haja a reorganização de seu passivo e a estabilização definitiva do cenário geopolítico que afetou seu principal mercado de atuação.

A presente Recuperação Judicial não busca afastar o pagamento das obrigações assumidas.

Ao contrário.

Busca criar um ambiente jurídico adequado para que todos os credores sejam tratados de forma isonômica, permitindo a reorganização ordenada do passivo e evitando que medidas constritivas individuais inviabilizem uma atividade empresarial plenamente recuperável.

Não há qualquer benefício econômico na liquidação da empresa.

A eventual descontinuidade de suas atividades acarretaria prejuízos significativamente superiores para todos os envolvidos, reduzindo drasticamente o valor econômico do empreendimento, comprometendo postos de trabalho, interrompendo relações comerciais consolidadas e diminuindo, inclusive, as perspectivas de satisfação dos próprios credores.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

A manutenção da empresa em funcionamento, por outro lado, preserva sua capacidade de geração de receitas, possibilita a continuidade dos contratos em execução, permite a conclusão das operações comerciais já estruturadas e maximiza as chances de cumprimento das obrigações assumidas perante toda a coletividade de credores.

É precisamente para situações como esta que foi concebido o instituto da Recuperação Judicial.

Diante desse cenário, mostra-se imprescindível o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, permitindo que a Requerente promova a reorganização de seu passivo sob a supervisão deste Juízo, preserve sua atividade empresarial, cumpra sua função social e, ao final, satisfaça seus credores de forma muito mais eficiente do que ocorreria em um cenário de descontinuidade de suas operações.

6. DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL E DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA:

Conforme amplamente demonstrado ao longo da presente exordial, a Requerente enfrenta grave crise de liquidez decorrente de circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, circunstância que motivou o ajuizamento da presente Recuperação Judicial como instrumento destinado à reorganização de seu passivo e à preservação de sua atividade empresarial.

Todavia, a efetividade do procedimento recuperacional depende da imediata adoção de medidas urgentes aptas a impedir que atos isolados de constrição patrimonial inviabilizem o próprio objeto da presente demanda antes mesmo da apreciação do pedido de processamento.

Nesse contexto, a Lei nº 11.101/2005 atribui ao Juízo Recuperacional competência para concentrar todas as deliberações relacionadas à preservação do patrimônio da empresa, evitando que medidas executivas

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

promovidas em demandas individuais esvaziem a finalidade do procedimento coletivo.

A concentração da competência perante o Juízo Recuperacional decorre diretamente dos artigos 6º, 47, 49 e 52 da Lei nº 11.101/2005, constituindo mecanismo indispensável à concretização do princípio da preservação da empresa e da *par conditio creditorum*, impedindo que um único credor obtenha satisfação individual em detrimento da coletividade submetida ao procedimento recuperacional.

Além da disciplina específica da Lei nº 11.101/2005, o artigo 300 do Código de Processo Civil autoriza a concessão de tutela de urgência quando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Da mesma forma, o artigo 297 do Código de Processo Civil confere ao magistrado amplo poder geral de efetivação, autorizando a adoção das medidas coercitivas, mandamentais e assecuratórias necessárias para garantir a utilidade prática da tutela jurisdicional.

No presente caso, ambos os requisitos mostram-se plenamente caracterizados.

A probabilidade do direito decorre do preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, bem como da demonstração inequívoca de que a crise enfrentada pela Requerente possui natureza conjuntural e de que a empresa permanece plenamente viável sob o aspecto operacional.

O perigo de dano, por sua vez, revela-se ainda mais evidente.

A continuidade de bloqueios judiciais, penhoras, buscas e apreensões, atos expropriatórios, inscrições restritivas e demais medidas executivas individuais possui potencial para comprometer gravemente o fluxo de caixa da

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Requerente, inviabilizando justamente a reorganização financeira que se pretende alcançar por meio da presente Recuperação Judicial.

A preservação da atividade empresarial exige, portanto, atuação jurisdicional imediata.

Por essa razão, sem prejuízo da posterior análise do pedido de processamento da Recuperação Judicial, mostra-se necessária a apreciação das tutelas de urgência a seguir especificadas, todas indispensáveis para assegurar a utilidade do presente processo e preservar a efetividade do procedimento recuperacional.

As medidas requeridas podem ser assim sintetizadas:

- manutenção dos bens de capital essenciais na posse da Requerente;
- reconhecimento da essencialidade dos bens indispensáveis ao exercício da atividade empresarial;
- suspensão das ações e execuções em face da Requerente, nos termos do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005;
- suspensão dos atos constritivos e adjudicatórios incidentes sobre seu patrimônio;
- dispensa da apresentação de certidões negativas para o regular exercício da atividade empresarial, na forma da legislação de regência;
- retirada e vedação de novas inscrições restritivas relativas aos créditos submetidos ao procedimento recuperacional, quando cabível.

Passa a Requerente, assim, a demonstrar individualmente os fundamentos jurídicos de cada uma das medidas urgentes postuladas.

PEDIDOS URGENTES CONSTANTES NA MINUTA	
PEDIDO	**JUSTIFICATIVA**
Manutenção dos bens essenciais em posse dos devedores	Medida indispensável para assegurar a continuidade das atividades empresariais e a viabilidade do cumprimento do plano de recuperação

Suspensão das ações e execuções em face dos devedores	Evita constrições que possam inviabilizar a reestruturação do Grupo, além de resguardar a isonomia entre credores.
Dispensa da apresentação de certidões negativas de débitos fiscais (CND's)	Medida necessária para viabilizar o acesso a crédito e garantir condições adequadas para o cumprimento do plano de recuperação.
Retirada e proibição de inclusão dos devedores em cadastros restritivos	Preserva a credibilidade da empresa no mercado e possibilita melhores condições de negociação com fornecedores e instituições financeiras.
Deferimento da suspensão dos atos constritivos e adjudicatórios em andamento, seja de penhora de valores entre outros	Garante a preservação de bens indispensáveis à continuidade das atividades empresariais e ao soerguimento da recuperanda.

A jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça** corrobora essa compreensão:

> ***CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA****. Apesar de a execução fiscal não se suspender em fase de deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6°, §7, da LF n. 11.101/2005, Art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80),* ***submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa****. Precedentes específicos desta Segunda Secção. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo de direito da 8ª Vara Cível de São do Rio Preto – SP para análise dos atos constritivos sobre o ativo das empresas suscitantes." AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROLAÇÃO DE DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DESTA CORTE. TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA 59 DO STJ. JUÍZO DE VALOR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA. ATRIBUIÇÃO DO JUÍZO*

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXCEÇÃO LEGAL PREVISTA NA PARTE FINAL DO § 3º DO ARTIGO 49 DA LEI N. 11.101/2005. 1. Tendo em vista que esta Corte de Justiça apreciou o recurso tirado da demanda reivindicatória - com trânsito em julgado -, não há falar em conflito a ser dirimido por este Tribunal Superior, consoante dispõe a Súmula 59/STJ, in verbis: "Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízes conflitantes". 2. ***O juízo de valor acerca da essencialidade ou não do bem ao funcionamento da empresa cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa em recuperação judicial****. 3. Agravo regimental a que se dá provimento, a fim de não conhecer do conflito, determinando o retorno dos autos ao Juízo da Vara Única da Comarca de Brasilândia/MS." (AgRg no CC 126.894/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão). (grifamos).*

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZES VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. NÃO CABIMENTO. SUSPENSÃO*. 1. Conflito de competência suscitado em 17.12.2012 Autos conclusos ao Gabinete em 14.01.2014, após resposta dos ofícios enviados. 2. Discute-se a competência para ação de execução, tendo em vista a recuperação judicial da executada. 3.* ***Com a edição da Lei 11.101/05, esta Corte firmou o entendimento de que, a partir da data de deferimento da recuperação judicial, todas as questões relacionadas à Requerente ficarão afetas ao juízo da recuperação. 4. A decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa****. 5. A*

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

> *suspensão das execuções individuais não implica a remessa os autos ao juízo da recuperação judicial e/ou da falência. Ao contrário, nos termos do art. 52, III, da própria Lei 11.101/05, os autos devem permanecer no juízo onde se processam. 6. Conflito conhecido, para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para a prática de atos executórios, permanecendo a execução suspensa no JUÍZO DE DIREITO DA 9A VARA CÍVEL DE JUIZ DE FORA - MG, onde se processa." (CC 126.135/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi). (grifamos).*

Ademais, ao atrair para si a competência absoluta para tratar de questões envolvendo o patrimônio do devedor, o juízo recuperacional impede que qualquer outro magistrado delibere sobre constrições ou expropriações de bens, conforme o disposto no art. 49, caput e §3º da LRF.

A **expropriação isolada de bens e valores** da empresa em recuperação, em benefício de um único credor, **viola frontalmente a *par conditio creditorum*** e representa conduta vedada pelo art. 172 da LRF.

Feitas essas considerações, em linha de princípio, cabe a Vossa Excelência se declarar único competente para analisar e julgar questões envolvendo o patrimônio dos Requerentes, sejam elas expropriatórias ou não, eis que o juízo recuperatório possui universalidade e competência absoluta para julgar as causas que envolvam interesses da empresa em crise.

Portanto, o deferimento dessas medidas urgentes se revela extremamente necessário, conforme mostrar-se-á.

a. Da manutenção dos bens essenciais na posse da Recuperanda:

Conforme já exposto, a efetividade da presente Recuperação Judicial depende da preservação da estrutura operacional da Requerente durante o período de suspensão das ações e execuções (*stay period*), razão pela qual se mostra

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

indispensável a concessão de tutela destinada a impedir a retirada dos bens de capital essenciais ao desenvolvimento de suas atividades empresariais.

A Lei nº 11.101/2005, ao disciplinar a matéria, estabelece expressamente que, mesmo nas hipóteses em que o crédito não se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial — como ocorre, por exemplo, nos contratos garantidos por alienação fiduciária —, permanece vedada, durante o período de suspensão previsto no artigo 6º da referida lei, a retirada do estabelecimento da devedora dos bens de capital essenciais ao exercício de sua atividade empresarial.

Nesse sentido, dispõe o artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005:

> *"Art. 49 [...] § 3º. Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis(...), não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4o do art. 6o desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial."*

A finalidade da norma é evidente.

Busca-se impedir que medidas individuais de apreensão, busca e apreensão, reintegração de posse, consolidação da propriedade fiduciária ou qualquer outro ato constritivo retire da empresa justamente os bens indispensáveis ao exercício de sua atividade, frustrando a finalidade da Recuperação Judicial antes mesmo da apresentação do Plano de Recuperação.

No caso concreto, o perigo de dano é manifesto.

O simples deferimento do processamento poderá estimular determinados credores a promover medidas de retomada de bens ou intensificar procedimentos constritivos já existentes, comprometendo a estrutura operacional da Requerente e inviabilizando a continuidade de suas atividades empresariais.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Tal situação afrontaria diretamente o princípio da preservação da empresa, consagrado no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, além de prejudicar toda a coletividade de credores, que possui legítimo interesse na manutenção da capacidade produtiva da Recuperanda e na maximização das perspectivas de satisfação de seus créditos.

Dessa forma, requer a Requerente que, por ocasião do deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, seja expressamente determinado que permaneçam em sua posse todos os bens de capital essenciais ao exercício de sua atividade empresarial durante o período de suspensão previsto no artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, vedando-se a prática de quaisquer atos de retirada, apreensão, busca e apreensão, reintegração de posse, consolidação da propriedade, expropriação ou qualquer outra medida que importe na perda da posse desses bens, sem prévia deliberação deste Juízo Recuperacional.

Tal providência revela-se indispensável para assegurar a continuidade das atividades empresariais, preservar a função social da empresa, garantir a manutenção dos empregos e permitir que a Recuperanda disponha das condições mínimas necessárias para elaborar e cumprir um plano de recuperação viável, em benefício de toda a coletividade de credores.

b. Da suspensão das ações e execuções em face da Recuperanda (*stay period*):

A suspensão das ações e execuções constitui um dos principais efeitos do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, representando instrumento indispensável para assegurar à empresa o ambiente jurídico necessário à reorganização de seu passivo e à elaboração de um plano de recuperação economicamente viável.

Não por outra razão, o artigo 6º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005 estabelece que, deferido o processamento da Recuperação Judicial, ficam suspensas as ações e execuções ajuizadas em face do devedor, ressalvadas as exceções expressamente previstas na própria legislação.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

A finalidade da norma é impedir que credores individualmente considerados busquem a satisfação isolada de seus créditos em detrimento da coletividade, preservando a igualdade entre os credores (*par conditio creditorum*) e assegurando a efetividade do procedimento recuperacional.

No caso concreto, a necessidade da medida revela-se ainda mais evidente.

Conforme demonstrado ao longo da presente exordial, a Requerente enfrenta severa crise de liquidez decorrente dos reflexos econômicos provocados pelo conflito armado no Estado de Israel, circunstância que ocasionou expressiva redução de seu fluxo de caixa e desencadeou o ajuizamento de diversas demandas individuais por consumidores e demais credores.

É plenamente previsível que o ajuizamento da presente Recuperação Judicial estimule outros credores a promover novas ações, intensificar medidas executivas já existentes ou requerer bloqueios judiciais sobre ativos financeiros da empresa, buscando antecipar a satisfação de seus créditos antes da estabilização do procedimento recuperacional.

A continuidade dessas medidas comprometeria diretamente o objetivo da Recuperação Judicial.

Isso porque a constrição individual de ativos financeiros, o prosseguimento de execuções e a prática de atos expropriatórios retirariam da Recuperanda justamente os recursos necessários para manutenção de suas atividades, pagamento de despesas operacionais, cumprimento de obrigações essenciais e elaboração de um plano de recuperação exequível.

Em outras palavras, permitir o prosseguimento das execuções individuais significaria esvaziar a própria finalidade do instituto recuperacional, inviabilizando o soerguimento da empresa antes mesmo da submissão de seu plano aos credores.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Importa destacar que a suspensão das ações e execuções não acarreta qualquer prejuízo definitivo aos credores.

Ao contrário, constitui medida temporária destinada a possibilitar a reorganização financeira da empresa, preservando sua capacidade de geração de receitas e aumentando significativamente as perspectivas de satisfação integral ou parcial dos créditos submetidos ao procedimento recuperacional.

Caso a Recuperação Judicial não alcance seu objetivo — hipótese aventada apenas por argumentar —, os credores poderão retomar regularmente o exercício de seus direitos, prosseguindo as ações e execuções na forma da legislação aplicável.

Dessa forma, à luz do disposto no artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, requer a Requerente que, por ocasião do deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, seja expressamente determinada a suspensão de todas as ações e execuções sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, pelo prazo legal, bem como a suspensão da prática de quaisquer atos executivos ou constritivos incidentes sobre seu patrimônio, preservando-se, assim, a efetividade do procedimento recuperacional, a igualdade entre os credores e a continuidade da atividade empresarial.

c. Da dispensa da apresentação de certidões negativas para o regular exercício das atividades empresariais

A Lei nº 11.101/2005, ao disciplinar os efeitos decorrentes do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, estabelece expressamente que a empresa em recuperação poderá continuar exercendo regularmente suas atividades, dispensando-se, para esse fim, a apresentação de certidões negativas de débitos, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal e na própria legislação de regência.

Dispõe o artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005:

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

> *Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:*
> *II - determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 desta Lei;*

Referida disposição legal materializa o princípio da preservação da empresa, previsto no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, permitindo que a Recuperanda mantenha suas atividades empresariais, preserve sua fonte produtora, honre seus compromissos operacionais e implemente as medidas necessárias à superação da crise econômico-financeira.

Cumpre destacar que o presente requerimento não objetiva afastar a exigência de regularidade fiscal prevista para a **concessão** da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 57 da Lei nº 11.101/2005 e do artigo 191-A do Código Tributário Nacional.

Pretende-se, tão somente, a observância da regra expressamente prevista no artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, aplicável ao momento do **deferimento do processamento** da Recuperação Judicial, assegurando à Recuperanda o regular exercício de suas atividades durante o curso do procedimento recuperacional.

A distinção entre essas duas fases processuais é evidente.

O deferimento do processamento inaugura o procedimento recuperacional e produz os efeitos previstos no artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, dentre eles a dispensa da apresentação de certidões negativas para o regular exercício da atividade empresarial.

Já a análise da regularidade fiscal da Recuperanda constitui matéria própria da fase de concessão da Recuperação Judicial, oportunidade em que serão observados os requisitos previstos na legislação específica e adotadas as providências necessárias para a regularização de seu passivo tributário.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

No presente momento processual, exigir da Requerente a imediata apresentação de certidões negativas como condição para o regular desenvolvimento de suas atividades empresariais significaria esvaziar a própria finalidade do instituto recuperacional, inviabilizando justamente o período destinado à reorganização financeira da empresa.

Assim, considerando a expressa previsão contida no artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, requer a Requerente que, por ocasião do deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, seja consignada na decisão a dispensa da apresentação de certidões negativas para o regular exercício de suas atividades empresariais, permitindo-lhe desenvolver normalmente sua atividade econômica durante o curso do processo recuperacional, sem prejuízo da demonstração de sua regularidade fiscal no momento processual legalmente previsto para a concessão da Recuperação Judicial.

d. Da retirada dos apontamentos restritivos e da vedação de novas inscrições relativas aos créditos sujeitos à recuperação judicial:

A Recuperação Judicial tem por finalidade criar condições efetivas para a reorganização econômico-financeira da empresa, preservando sua capacidade operacional e permitindo que continue exercendo regularmente sua atividade empresarial durante o período de soerguimento.

No caso da Requerente, o regular desenvolvimento de suas atividades depende diretamente da manutenção de sua capacidade de contratar com fornecedores, negociar operações financeiras, obter crédito e preservar relações comerciais indispensáveis à continuidade de sua operação.

Entretanto, a permanência de protestos e de registros negativos junto aos órgãos de proteção ao crédito, bem como a realização de novas inscrições decorrentes de créditos sujeitos aos efeitos da presente Recuperação Judicial, compromete significativamente a consecução desses objetivos.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Isso porque tais restrições reduzem substancialmente a credibilidade comercial da empresa, dificultam a obtenção de capital de giro, inviabilizam negociações com fornecedores e instituições financeiras e comprometem justamente a reorganização econômico-financeira que o procedimento recuperacional busca viabilizar.

Importa destacar que o presente requerimento não busca afastar a existência dos créditos, tampouco impedir o exercício dos direitos materiais de seus titulares.

Pretende-se apenas que, durante o processamento da Recuperação Judicial, seja evitada a multiplicação de restrições creditícias decorrentes de créditos submetidos ao procedimento concursal, preservando-se a utilidade prática da recuperação e assegurando condições mínimas para que a Requerente desenvolva normalmente suas atividades empresariais.

Trata-se de providência que prestigia os princípios da preservação da empresa, da função social da atividade empresarial e da máxima efetividade da tutela jurisdicional, sem acarretar prejuízo irreversível aos credores, cujos créditos permanecerão integralmente preservados e submetidos ao procedimento recuperacional.

Dessa forma, com fundamento nos artigos 47, 49 e 52 da Lei nº 11.101/2005, bem como no artigo 297 do Código de Processo Civil, requer a Requerente que, em caráter excepcional e considerando as peculiaridades do presente caso, seja determinada a suspensão dos efeitos dos protestos e das inscrições restritivas relativas aos créditos sujeitos à presente Recuperação Judicial, bem como que os órgãos de proteção ao crédito se abstenham de promover novas inscrições referentes a tais créditos durante o período de processamento da recuperação, sem prejuízo da manutenção das informações relativas ao status recuperacional da empresa.

e. DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO *STAY PERIOD* E DA SUSPENSÃO DOS ATOS CONSTRITIVOS E ADJUDICATÓRIOS EM ANDAMENTO:

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Além das medidas anteriormente requeridas, **impõe-se a concessão de tutela de urgência para antecipar os efeitos do *stay period*, determinando-se, desde logo, a suspensão de todos os atos constritivos e adjudicatórios atualmente em curso ou que venham a ser praticados em desfavor da Requerente**, até a apreciação do pedido de processamento da presente Recuperação Judicial.

A medida encontra expressa previsão no artigo 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, introduzido pela Lei nº 14.112/2020, o qual autoriza o Juízo competente a antecipar, em caráter cautelar, os efeitos do processamento da Recuperação Judicial, desde que demonstrados os requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil.

No caso concreto, ambos os pressupostos encontram-se plenamente caracterizados.

A **probabilidade do direito** decorre do preenchimento substancial dos requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, da documentação que instrui a presente exordial e da demonstração inequívoca de que a crise enfrentada pela Requerente possui natureza conjuntural, preservando-se sua plena viabilidade econômica e operacional.

Caso Vossa Excelência entenda necessária a complementação de qualquer documento para fins de apreciação do pedido de processamento, requer-se, desde já, seja concedido prazo razoável para sua regularização, sem prejuízo da imediata análise da presente tutela de urgência, em observância aos princípios da cooperação processual, da primazia da decisão de mérito e da efetividade da tutela jurisdicional.

O **perigo de dano**, por sua vez, revela-se ainda mais evidente.

A Requerente está exposta ao risco concreto e iminente de sofrer sucessivos bloqueios de ativos financeiros, penhoras e demais atos constritivos decorrentes de execuções individuais, situação que poderá estrangular seu fluxo de

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

caixa e inviabilizar a continuidade de suas operações antes mesmo da apreciação do pedido de processamento da presente Recuperação Judicial.

A continuidade desses atos durante a análise do pedido de processamento poderá produzir dano irreversível ou de difícil reparação, esvaziando completamente a utilidade da presente Recuperação Judicial antes mesmo da apreciação do pedido principal.

Permitir que execuções individuais prossigam livremente nesse período significaria frustrar a própria finalidade do procedimento recuperacional, privilegiando determinados credores em detrimento da coletividade e afrontando os princípios da preservação da empresa e da ***par conditio creditorum***, pilares da Lei nº 11.101/2005.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo consolidou entendimento no sentido de que a antecipação dos efeitos do *stay period* constitui medida plenamente admissível quando demonstrados os requisitos da tutela de urgência, justamente para evitar que a empresa seja desestruturada antes da análise do pedido de processamento da Recuperação Judicial:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES . Insurgência contra decisão que deferiu a suspensão de todas as ações, execuções e atos de bloqueios de valores/recursos financeiros/constrição/alienação/ arresto em andamento em face da recuperanda, especialmente as ações de busca e apreensão. **Os efeitos do stay period visam resguardar a atividade empresária, vez que manter a empresa em crise desprotegida até a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial pode esvaziar o próprio intuito da Lei nº 11.101/2005, qual seja, a manutenção da sua função social**. Decisão mantida . Recurso desprovido.*
> *(TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22574391420248260000 São Paulo, Relator.: J.B. Paula Lima, Data de Julgamento: 13/11/2024, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 13/11/2024)*

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

No mesmo sentido, outros Tribunais de Justiça vêm reconhecendo que o artigo 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005 autoriza a antecipação dos efeitos do processamento da Recuperação Judicial, inclusive para suspender atos constritivos e preservar bens indispensáveis ao exercício da atividade empresarial, desde que presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano:

> *AGRAVANTE (S): MOISES MACIEL VEIGA RIBEIRO E CLARA M TRANSPORTES LTDA. AGRAVADO (S): BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. Ementa: DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL . AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO STAY PERIOD. SUSPENSÃO DE ATOS CONSTRITIVOS . RESTITUIÇÃO DE BENS ESSENCIAIS. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. RECURSO PROVIDO . I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento interposto por CLARA M TRANSPORTES LTDA. e MOISÉS MACIEL VEIGA RIBEIRO contra decisão que, nos autos de recuperação judicial, indeferiu tutela de urgência destinada à antecipação dos efeitos do período de blindagem, visando à suspensão de buscas e apreensões e à preservação de bens essenciais à atividade empresarial. II . QUESTÃO EM DISCUSSÃO **A questão em discussão consiste em definir se é possível antecipar, antes do deferimento do processamento da recuperação judicial, os efeitos do stay period, com a suspensão de atos constritivos e restituição provisória de bens operacionais, diante do risco de esvaziamento da atividade empresarial**. III. RAZÕES DE DECIDIR **O art. 6º, § 12, da Lei nº 11 .101/2005 autoriza a antecipação dos efeitos do processamento da recuperação judicial, desde que presentes os requisitos do art. 300 do CPC**. [...]. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido . Agravo interno prejudicado. Tese de julgamento: 1. **É possível a antecipação dos efeitos do stay period antes do deferimento do processamento da recuperação judicial, desde que presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano**. [...]*
>
> *(TJ-MT - AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL: 10446896120258110000, Relator.: SEBASTIAO DE*

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

ARRUDA ALMEIDA, Data de Julgamento: 28/04/2026, Quinta Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/04/2026)

*EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO SECUNDUM EVENTUM LITIS. FORO COMPETENTE . LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO (CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL). PRINCIPAL ESTABELECIMENTO. LOCAL DE EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DA EMPRESA. CENTRO DAS ATIVIDADES . **TUTELA DE URGÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO STAY PERIOD. PREVISÃO LEGAL. MEDIDAS PARA SALVAGUARDAR A ATIVIDADE EMPRESARIAL** . CONGRUÊNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 11.101/05. [...] 4. **Constatado a presença dos requisitos legais ensejadores da antecipação da tutela de urgência, consubstanciados na probabilidade do direito do postulante e no perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, conforme normatiza o artigo 300, do Código de Processo Civil, mister a manutenção da decisão agravada, que aplicou medidas para salvaguardar a atividade empresarial, em congruência com os princípios da lei 11 .101/05**. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. DECISÃO CONFIRMADA.*
(TJ-GO 59077199820248090051, Relator.: RICARDO SILVEIRA DOURADO - (DESEMBARGADOR), 11ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11/10/2024)

Diante desse cenário, **REQUER a Requerente, em caráter antecedente ao deferimento do processamento da Recuperação Judicial**, com fundamento no artigo 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005 e no artigo 300 do Código de Processo Civil, seja deferida tutela de urgência para:

- determinar a imediata suspensão de todos os atos constritivos, adjudicatórios e expropriatórios em curso contra a Requerente;

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

- vedar a realização de novos bloqueios judiciais, penhoras, arrestos, buscas e apreensões, adjudicações e demais medidas executivas capazes de comprometer seu patrimônio ou seu fluxo de caixa;
- determinar que eventuais valores futuramente constritos permaneçam à disposição deste Juízo Recuperacional, até ulterior deliberação;
- assegurar a preservação do patrimônio necessário ao desenvolvimento das atividades empresariais, garantindo a utilidade prática do presente processo e a efetividade da futura decisão acerca do processamento da Recuperação Judicial.

7. DO VALOR DA CAUSA, DA OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 51, §5º, DA LEI Nº 11.101/2005 E DO PARCELAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS:

Nos termos do artigo 51, §5º, da Lei nº 11.101/2005, introduzido pela Lei nº 14.112/2020, o valor da causa, nas ações de Recuperação Judicial, corresponde ao montante total dos créditos sujeitos aos efeitos do procedimento recuperacional.

Dispõe o referido dispositivo legal:

> *Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:*
> *§ 5º O valor da causa corresponderá ao montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.*

Em estrita observância ao referido comando legal, a Requerente atribuiu à presente demanda valor correspondente ao montante total dos créditos concursais constantes da relação nominal de credores apresentada juntamente com esta petição inicial, inexistindo qualquer divergência entre o valor atribuído à causa e os documentos que instruem a presente exordial.

Todavia, justamente por corresponder ao valor integral do passivo sujeito à Recuperação Judicial, o valor da causa revela-se extremamente elevado, ocasionando a incidência de custas processuais em montante igualmente expressivo.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Embora a Requerente não pretenda eximir-se do recolhimento das custas judiciais, o pagamento integral e imediato desse valor comprometeria significativamente o fluxo de caixa da empresa, justamente no momento em que busca reorganizar sua situação econômico-financeira.

Exigir o recolhimento integral das custas processuais no ato da distribuição, em hipóteses como a presente, acabaria por contrariar a própria finalidade da Lei nº 11.101/2005, criando obstáculo financeiro ao acesso da empresa ao instituto jurídico destinado precisamente à superação de sua crise.

O Código de Processo Civil, atento a situações dessa natureza, autoriza expressamente o parcelamento das despesas processuais, conforme dispõe o artigo 98, § 6º:

> *Art. 98.*
> *§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.*

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo consolidou entendimento no sentido de que, em ações de Recuperação Judicial, o parcelamento das custas processuais mostra-se plenamente compatível com os princípios da preservação da empresa, da função social da atividade empresarial e do acesso à Justiça, sobretudo quando o elevado valor da causa decorre de imposição legal.

Nesse sentido:

> *"AGRAVO DE INSTRUMENTO.* ***RECUPERAÇÃO JUDICIAL*** *- Rejeição de pedido de diferimento de custas. Decisão mantida - Entretanto, em virtude do alto valor da causa (R$ 6.875.000,00) - O recolhimento do valor das custas alcançou o montante máximo de 3.000 UFESP's (R$ 87.270,00) -* ***Possível o impacto de forma onerosa no caixa da agravante, o qual já se encontra em estado crítico, o que pode se extrair do próprio pedido de recuperação judicial - Precedentes dessa Primeira***

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

> ***Câmara Reservada de Direito Empresarial e do E. Tribunal de Justiça - Todos os credores (inclusive trabalhistas) ficarão muito mais prejudicados, segundo as máximas da experiência (Art.375, CPC de 2015), se a agravante vier a ingressar em processo de falência - Observância ao princípio da preservação da empresa, e da atividade produtiva, no caso concreto comporta na concessão do parcelamento das custas iniciais, nos termos do art. 98, § 6º, do CPC de 2015****- RECURSO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO." (TJSP; Agravo de Instrumento 2127583-02.2021.8.26.0000; Relatora Des. Jane Franco Martins; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Sorocaba - 4ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 16/07/2021; Data de Registro: 16/07/2021)*
> *[g.n.]*

No presente caso, encontram-se plenamente demonstradas as circunstâncias que justificam a concessão da medida.

A Requerente atravessa severa crise de liquidez, circunstância que motivou o ajuizamento da presente Recuperação Judicial, sendo contraproducente exigir, justamente nesse momento, o desembolso integral de expressiva quantia destinada ao pagamento das custas processuais.

O parcelamento pretendido não ocasiona qualquer prejuízo ao erário, tampouco representa isenção do pagamento das custas, limitando-se a adequar sua forma de recolhimento à realidade econômico-financeira enfrentada pela empresa.

Ao contrário, trata-se de medida que prestigia os princípios da preservação da empresa, da cooperação processual, da proporcionalidade e do amplo acesso à Justiça, permitindo que a Requerente concentre seus recursos na manutenção de suas atividades e na implementação das medidas indispensáveis ao seu soerguimento.

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

Diante do exposto, requer seja deferido o **parcelamento das custas processuais em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas**, nos termos do artigo 98, § 6º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do regular processamento da presente Recuperação Judicial.

8. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, estando integralmente preenchidos os requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, **REQUER** a Requerente a Vossa Excelência**:**

A) Em caráter de tutela de urgência (artigos 300 e 297 do CPC c/c artigo 6º, §12, da Lei nº 11.101/2005):

a.1) Seja deferida a antecipação dos efeitos do *stay period*, determinando-se a imediata suspensão de todos os atos constritivos, adjudicatórios e expropriatórios incidentes sobre o patrimônio da Requerente, bem como vedando-se a realização de bloqueios judiciais, penhoras, arrestos, buscas e apreensões ou quaisquer outras medidas capazes de comprometer seu fluxo de caixa, até a apreciação do pedido de processamento da presente Recuperação Judicial;

a.2) Seja determinada a manutenção da posse dos bens de capital essenciais à atividade empresarial da Requerente, vedando-se sua retirada, apreensão, busca e apreensão, reintegração de posse ou qualquer outro ato que importe em sua perda, nos termos do artigo 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005;

a.3) Seja consignada, quando do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, a dispensa da apresentação de certidões negativas para o regular exercício das atividades empresariais, na forma do artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005;

a.4) Caso Vossa Excelência entenda presentes os requisitos legais, seja determinada, em caráter excepcional, a suspensão dos efeitos dos protestos e das inscrições restritivas relativas aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, bem como que os órgãos de proteção ao crédito se abstenham de promover

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

novas inscrições referentes a tais créditos durante o processamento da presente demanda.

B) Quanto ao processamento da Recuperação Judicial:

b.1) Seja deferido o processamento da presente Recuperação Judicial, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005;

b.2) Seja nomeado Administrador Judicial, observando-se os requisitos previstos nos artigos 21 e seguintes da Lei nº 11.101/2005;

b.3) Seja determinada a suspensão das ações e execuções sujeitas aos efeitos da Recuperação Judicial, pelo prazo previsto no artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, comunicando-se os respectivos Juízos;

b.4) Seja reconhecida a competência deste Juízo Recuperacional para deliberar acerca dos atos de constrição e expropriação incidentes sobre o patrimônio da Requerente, nos termos da Lei nº 11.101/2005 e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça;

b.5) Seja determinada a anotação, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, da expressão "***em Recuperação Judicial***", autorizando a Requerente a utilizá-la em sua denominação empresarial, na forma do artigo 69 da Lei nº 11.101/2005;

b.6) Sejam intimados o Ministério Público e comunicadas as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, na forma do artigo 52, inciso V, da Lei nº 11.101/2005;

b.7) Seja determinada a expedição do edital previsto no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005;

b.8) Seja reconhecida a prioridade legal de tramitação do presente feito, nos termos do artigo 189-A da Lei nº 11.101/2005;

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011

b.9) Seja deferido o parcelamento das custas processuais iniciais em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com fundamento no artigo 98, §6º, do Código de Processo Civil.

C) Requerimentos finais

Requer, por fim:

a) a produção de todos os meios de prova em direito admitidos;

b) sejam todas as intimações realizadas exclusivamente em nome do advogado **REINALDO CAMARGO DO NASCIMENTO, OAB/MT nº 24.493/B,** sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, §5º, do Código de Processo Civil;

c) ao final, cumpridas todas as etapas previstas na Lei nº 11.101/2005, seja concedida a Recuperação Judicial da Requerente.

Dá-se à causa, para os fins do artigo 51, §5º, da Lei nº 11.101/2005, o valor de **R$ 3.855.054,97 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, e cinquenta e quatro centavos)**, correspondente ao montante total dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial.

Nesses termos, pede deferimento.

São Paulo/SP, 07 de agosto de 2026.

REINALDO CAMARGO DO NASCIMENTO
OAB/MT 24.493/B

NILSON FRANCO DE GODOI
OAB/SP 94.060/B

REINAN DALTRO DO NASCIMENTO
OAB/MT 32.605/O

GLEYSON FERNANDO LOPES DIAS
OAB/MT 32.359/O

Dr. Hélio Ribeiro, nº 525, Sala 2101, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78048-250|
Rua Amaro Cavalheiro, nº 347, Sala 1702, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-011